

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

Addis Ababa, ETHIOPIA

P. O. Box 3243

Telephone: 517 700

Fax: 5130 36

website: [www. www. au.int](http://www.wwww.wwww.au.int)

CONSELHO EXECUTIVO

Vigésima Nona Sessão Ordinária

10-15 de Julho de 2016

Kigali, RUANDA

EX.CL/971(XXIX)

Original: Inglês

**RELATÓRIO DA DÉCIMA NONA REUNIÃO CONJUNTA ANUAL DO
COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FINANÇAS, ASSUNTOS
MONETÁRIOS, PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA, INTEGRAÇÃO E A
CONFERÊNCIA DA COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ÁFRICA
DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS, PLANIFICAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO, ADIS ABEBA, ETIÓPIA, 31 DE
MARÇO – 05 DE ABRIL DE 2016**

**RELATÓRIO DA DÉCIMA NONA REUNIÃO CONJUNTA ANUAL DO COMITÉ
TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FINANÇAS, ASSUNTOS MONETÁRIOS,
PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA, INTEGRAÇÃO E A CONFERÊNCIA DA COMISSÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ÁFRICA DOS MINISTROS AFRICANOS DAS
FINANÇAS, PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

I. Introdução

1. A Décima Nona Reunião Conjunta Anual do Comité Técnico Especializado em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica, Integração e a Conferência da Comissão das Nações Unidas para África dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico realizou-se em adis Abeba, Etiópia, de 4 a 5 de Abril de 2016. A reunião dos Ministros foi precedida por uma do Comité de Peritos que decorreu de 31 de Março a 2 de Abril de 2016.

II. Mesa

2. Foi eleita a Mesa das reuniões, tendo-se constituído da seguinte maneira:

| | |
|---------------------------|---|
| Presidente: | África Austral – África do Sul |
| Primeiro Vice-presidente: | África Central – República Democrática do Congo |
| Segundo Vice-presidente: | África do Norte – Argélia |
| Terceiro Vice-presidente: | África Ocidental – Côte d'Ivoire |
| Relator: | África Oriental – Uganda |

III. Tema e documentos emanados das reuniões

3. As reuniões realizaram-se sob o Tema: **Rumo a uma abordagem integrada e coerente para a implementação, monitorização e avaliação da agenda 2063 e os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável**. O tema foi discutido no âmbito de um amplo diálogo Político Ministerial e consistiu de três mesas redondas de alto nível, abordando os seguintes tópicos:

- a. Harmonização, sinergias e sensibilização: a necessidade por uma abordagem coerente;
- b. Integração do quadro de resultados, monitorização e avaliação; e
- c. Financiamento.

4. Os documentos emanados das reuniões incluem um Relatório Ministerial, uma Declaração Ministerial, Resoluções e o Relatório do Comité de Peritos.

EX.CL/971 (XXIX)
Anexo

**RELATÓRIO DA DÉCIMA NONA REUNIÃO CONJUNTA ANUAL DO
COMITÉ TÉCNICO ESPECIALIZADO EM FINANÇAS, ASSUNTOS
MONETÁRIOS, PLANIFICAÇÃO ECONÓMICA, INTEGRAÇÃO E A
CONFERÊNCIA DA COMISSÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ÁFRICA
DOS MINISTROS AFRICANOS DAS FINANÇAS, PLANIFICAÇÃO E
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**

Nações Unidas

União Africana



Conselho Económico e Social



União Africana

AU/STC/FMEPI/MIN/Rpt/2(II)
E/ECA/CM/49/2
Distr.: Geral
5 de Abril de 2016
Original: Inglês

Comissão Económica para a África
Conferência dos Ministros Africanos das Finanças,
Planificação e Desenvolvimento Económico
Quadragésima-nona sessão

União Africana
Comité Técnico Especializado de Finanças,
Assuntos Monetários, Planificação Económica
e Integração
Segunda sessão

Nona Reunião Anual Conjunta do Comité Técnico Especializado da União Africana em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para a África
Adis Abeba, 4 e 5 de Abril de 2016

Relatório da Conferência Ministerial Conjunta

Introdução

1. A reunião da Conferência Ministerial da nona Reunião Conjunta do Comité Técnico Especializado da União Africana em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Africana para a África foi realizada em Adis Abeba, Etiópia, de 4 a 5 de Abril de 2016.

1ª Parte

I. **Abertura da reunião** [ponto 1 da agenda]

A. Participação

2. A reunião contou com a presença dos seguintes Estados Membros da União Africana: Argélia, Angola, Benim, Botsuana, Burkina Faso, Burundi, Camarões, República Centro-Africana, Chade, Comores, República do Congo, Côte d'Ivoire, República Democrática do

Congo, Djibouti, Egípto, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gabão, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Lesoto, Libéria, Líbia, Madagáscar, Malawi, Mali, Mauritânia, Maurícias, Moçambique, Namíbia, Níger, Nigéria, Ruanda, República Árabe Sarauí Democrática, Senegal, Seychelles, Sierra Leone, Somália, África do Sul, Sudão do Sul, Sudão, Suazilândia, Togo, Tunísia, Uganda, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

3. As seguintes Comunidades Económicas Regionais estiveram representadas: Mercado Comum para a África Oriental e Austral, Comunidade da África Oriental, Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental, Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, União Aduaneira da África Austral e a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

4. Os seguintes organismos e agências especializadas das Nações Unidas estiveram representados: a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura, a Organização Internacional do Trabalho, o Fundo Monetário Internacional, a União Internacional das Telecomunicações, a Organização Internacional das Migrações, o Programa Conjunto das Nações Unidas sobre o VIH/SIDA, o Escritório do Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, os Países Encravados em Desenvolvimento e os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento, o Escritório de Coordenação dos Assuntos Humanitários, o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos, o Escritório das Nações Unidas para os Serviços de Projetos, o Fundo das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Capital, o Fundo das Nações Unidas para as Crianças, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade do Género e a Capacitação das Mulheres, o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial, o Escritório das Nações Unidas sobre as Drogas e o Crime, o Escritório das Nações Unidas junto da União Africana, o Fundo das Nações Unidas para a População, o Banco Mundial, o Programa Alimentar Mundial e a Organização Mundial de Saúde.

5. Observadores dos seguintes Estados Membros das Nações Unidas participaram na reunião: Argentina, Austrália, Bangladesh, Bélgica, Brasil, Canadá, Chile, China, Cuba, Dinamarca, Equador, França, Finlândia, Alemanha, República Islâmica do Irão, Irlanda, Japão, Cazaquistão, México, Marrocos, Países Baixos, Noruega, República da Coreia, Federação Russa, Espanha, Suécia, Suíça, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Estados Unidos da América, República Bolivariana da Venezuela, União Económica e Monetária da África Ocidental.

6. Representantes das seguintes organizações intergovernamentais e regionais estiveram igualmente presentes: Banco Africano de Desenvolvimento, Liga dos Estados

Árabes, Agência de Planificação e Coordenação da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

7. Estiveram presentes Observadores das seguintes organizações : Action Aid Ethiopia, Advectas, Centro de Diagnóstico Afei, Africa Forum, Fundação Africana para o Reforço de Capacidades, African Economist, Fórum Africano para a Administração Fiscal, AgriDevCo, Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África, Iniciativa Árabe para as Reformas, China Hyway Group, Conselho de Negócios China-África, Fundo China-África para o Desenvolvimento, Tecnologias Médicas Chongqing Haifu, Consultores Associados para o Desenvolvimento, Deer Jet Medical Company, Echnoserbe Consulting, Luta contra o Encravamento do Deserto, Iniciativa para a Transparência na Indústria Têxtil, Aliança para as Vacinas, Agência Alemã para a Cooperação Internacional, Instituto Global para o Crescimento Verde, Associação e Rede de Jovens Pensadores Ecológicos para o Desenvolvimento da Juventude Africana, GRID-Arendal, Centro Internacional de Investigação Agrária nas Áreas Secas, Federação Internacional de Planeamento Familiar, União Internacional do Transporte Rodoviário, Jiangsu Bioperfectus Technologies, Organização para o Desenvolvimento Multissetorial da Mãe e da Criança/ Energia Azul, One Campaign, Oxfam, Câmara Pan-Africana de Comércio e Indústria, Poken Team, Realidade da Rede Africana de Ajuda, Rotary International, Sanbao Pharmaceuticals, Save the Children, Shapoorji Pallonji, Tax Justice Network Africa, Times of Zambia, Secretariado da Transparency International, Ubuntu Leadership Institute, Upbeat Marketing, Wideway Sinostar Investment, World Vision International, Wuhu Kanggi Pharmaceutical, Yuemei Group.

8. Estiveram igualmente representados dois países não-membros da União Africana: Marrocos e o Estado da Palestina.

B. Alocuções de abertura

9. A sessão de abertura da Conferência Anual Conjunta dos Ministros do Comité Técnico Especializado da União Africana em Finanças, Assuntos Monetários, Planificação Económica e Integração e a Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, Planificação e Desenvolvimento Económico da Comissão Económica para a África foi presidida pelo Dr Ashatu Kijaji, Vice-Ministro das Finanças da República Unida da Tanzânia, Presidente da Mesa cessante da Conferência Ministerial Conjunta.

10. Alocuções de abertura foram proferidas pelo Dr. Carlos Lopes, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para a África e pela Dra Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União Africana. Dois convidados especiais também proferiram discursos - S.Exa. o Sr Matata Ponyo, Primeiro Ministro da República Democrática do Congo e S.Exa. o Sr. Nickey Iyambo, Vice-Presidente da República da Namíbia. O discurso principal foi proferido por S.Exa. o Sr Hailemariam Dessalegn, Primeiro Ministro da Etiópia.

11. No seu discurso de abertura, o Sr. Carlos Lopes, Sub-Secretário Geral das NU e Secretário Executivo da Comissão Económica para a África, indicou que há um ano havia um acordo geral entre vários intervenientes sobre o notável desempenho económico de África e perspectivas macroeconómicas encorajadoras. Mas, em 2016, a situação mudou radicalmente tendo em conta o impacto do surto do Ébola que custou ao continente 30 mil milhões de dólares americanos, e a atual queda dos preços das matérias-primas com riscos negativos para as economias africanas. Sublinhou que o crescimento económico de África baixou moderadamente após a ligeira contração da economia global, que se deveu essencialmente ao crescimento reduzido nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento, enquanto uma retoma animada continuou nas economias desenvolvidas. Perspetivando o futuro, o crescimento real do PIB em África deverá aumentar cerca de 4,3% em 2016 e 4,4% em 2017. Sublinhou ainda que com o preço do barril de crude a USD 30,8, a África terá menos USD 47,1 mil milhões de excedente comercial em 2016, comparado com o de 2015. Sublinhou que nessa conjuntura, a dívida externa total de África deverá aumentar dos 30% do PIB em 2010 para 37,1% do PIB em 2015. Anotou que é necessária flexibilidade na fixação dos limites máximos e no acesso à dívida porque a questão da sustentabilidade da dívida dependerá essencialmente do tratamento abrangente de todas as componentes da dívida na reestruturação da mesma e a adoção de mecanismos claros para envolver todos os intervenientes no sentido de alcançarem consenso quanto à forma de reduzir o défice da estrutura financeira. Concluiu dizendo que o desempenho do crescimento de África não foi suficientemente inclusivo para gerar oportunidades de trabalho digno e tirar proveito dos seus recursos humanos e materiais. Nessa perspetiva, realçou a necessidade imperiosa de industrialização através da expansão das cadeias de valor das matérias-primas e a transformação dos produtos agrícolas e a importância de políticas coerentes baseadas numa estratégia de desenvolvimento e numa liderança de transformação coerentes.

12. No seu discurso de abertura, a Dra Nkosazana Dlamini Zuma, Presidente da Comissão da União Africana, agradeceu o governo e o povo da República Federal Democrática da Etiópia pelo acolhimento caloroso e hospitalidade dispensados a todas as delegações desde a sua chegada a Adis Abeba. Ela indicou que há uma convergência de 90 por cento entre a Agenda 2063 e a Agenda 2030 e instou todos os intervenientes a trabalharem juntos para garantir que um quadro coerente e integrado de monitorização e avaliação das duas Agendas seja adotado para que a sua implementação seja bem-sucedida.

13. A Dra Zuma apresentou cinco tendências fundamentais que podem ou pôr em causa a implementação da Agenda 2063, ou serem utilizados para acelerar a transformação económica de África. Estas tendências são (i) falta de trabalhadores qualificados, situação que mina a competitividade de África nas áreas da ciência e da tecnologia; (ii) industrialização verde como catalisador da diversificação económica; (iii) modernização da agricultura e da indústria, transformação de produtos agrícolas para a segurança alimentar e o crescimento resiliente, porque vários países estão expostos a condições meteorológicas

extremas; (iv) investimento interno em infra-estruturas como motor da diversificação económica e da industrialização (v) desenvolvimento do sector privado para que possa ser competitivo, inovador e tenha impacto na transformação, com o apoio dos Governos, Comunidades Económicas Regionais e instituições continentais. Ela indicou igualmente o custo cada vez maior da não integração na aviação e noutros sectores de transporte, no sector da energia, na constituição de cadeias de valor regionais viáveis, na economia azul e na resolução da questão ligada ao défice de competências. Além disso, ela lançou um apelo no sentido de as dotações de recursos públicos e privados serem mais inclusivas para a autonomização de mulheres e jovens.

14. Além disso, sublinhou a importância da mobilização de recursos internos e a criação de instituições financeiras africanas para o financiamento da Agenda 2063, particularmente o Banco Central Africano e o Fundo Monetário Africano. A concluir, a Dra Nkosazana Dlamini Zuma realçou a importância das plataformas na melhoria do diálogo e da cooperação para a implementação bem-sucedida das duas agendas, apresentando os bons exemplos de plataformas como a Plataforma Económica Africana, o Mecanismo das Nações Unidas para a Coordenação Regional em África e as reuniões conjuntas anuais entre a Comissão da União Africana e a Comissão Económica para África.

15. No seu discurso, S.Exa. o Sr Matata Ponyo, Primeiro Ministro da República Democrática do Congo, manifestou os seus sinceros agradecimentos ao governo e ao povo da Etiópia pela hospitalidade e felicitou os líderes da Comissão da União Africana e da CEA pela organização bem-sucedida da 9ª Conferência Ministerial Anual Conjunta. Indicou que a Conferência está a ser realizada numa altura em que a África está a enfrentar desafios relacionados com a queda dos preços das matérias-primas, que constituem a base do crescimento de África. Indicou ainda a importância do tema da Conferência Ministerial na perspectiva de ajudar o continente a passar de uma economia baseada nos recursos naturais para uma economia produtiva baseada na industrialização. Expressou a necessidade de construir uma via de desenvolvimento através de uma economia de produção que aproveite os grandes potenciais do continente. Esse processo de transformação estrutural apoiado pela industrialização é fundamental para reforçar a resiliência do continente aos choques assimétricos externos e para garantir o desenvolvimento inclusivo e sustentável. Neste sentido, indicou que 2015 foi um ano importante para o avanço da agenda de desenvolvimento continental e global com a adoção da Agenda 2063, a Agenda de Ação de Adis Abeba, a Agenda 2030 e o Acordo de Paris sobre as alterações climáticas.

16. Para a implementação bem-sucedida da Agenda 2063 e da Agenda 2030, sublinhou a necessidade de um quadro harmonizado e coerente para a sua integração harmoniosa nos planos nacionais de desenvolvimento dos países membros. Nesta perspectiva, manifestou a necessidade de a Comissão da União Africana, a Comissão Económica para a África e o Banco Africano de Desenvolvimento trabalharem em estreita colaboração para a harmonização da agenda continental e global. Relativamente à agenda de integração

continental, realçou a experiência da República Democrática do Congo no apoio à integração de África para promover a transformação social e económica.

17. Ao concluir a sua alocução, S.Exa. o Sr Matata Ponyo elogiou o empenhamento da Comissão da União Africana e da Comissão Económica para a África no apoio ao desenvolvimento de África e defendeu uma abordagem unificada para a implementação das duas Agendas. Indicou igualmente que a Integração Africana só pode ser alcançada com boa governação e uma liderança sólida que orientem a África na sua caminhada para a prosperidade.

18. Na sua alocução, o Dr Nickey Iyambo, Vice-Presidente da República da Namíbia, sublinhou a importância do tema da Conferência na perspetiva da conceção de uma abordagem coerente em prol do bem-estar de todos os setores da população africana. Elogiou a contribuição da primeira geração de líderes africanos para a transformação do continente e disse que era necessário construir uma frente unida contra a fome, a pobreza, o desemprego, as alterações climáticas, as doenças e outras ameaças a fim de catalisar a transformação de África. Ele indicou que são necessários recursos financeiros consideráveis para a realização dos ODS em África e sublinhou que a reversão dos Fluxos Financeiros Ilícitos pode ajudar o continente a canalizar os mesmos para projetos de desenvolvimento. Felicitou ainda o governo da Etiópia pela sua liderança visionária que contribuiu para alcançar progressos significativos na área do desenvolvimento. Neste sentido, ele sublinhou a abordagem de desenvolvimento das autoridades da Namíbia para a implementação da Agenda 2063 e da Agenda 2030, nomeadamente o Plano de Prosperidade de Harambe (PPH) apontando as áreas prioritárias desse plano: erradicação da pobreza, melhoria da proteção social, industrialização e capacitação da função pública. Para alcançar resultados positivos, ele anotou a importância de estruturas políticas, legais e macroeconómicas fortes, governação efetiva, transparência e luta contra a corrupção. Concluiu a sua intervenção dizendo que esperava que a experiência da Namíbia para o desenvolvimento inclusivo e sustentável podia ser relevante para outros países africanos.

19. Ao pronunciar o seu discurso, S.Exa o Sr. Hailemariam Dessalegn, Primeiro Ministro da Etiópia, deu as boas-vindas a todos os ministros e peritos em Adis Abeba para a 9ª conferência anual conjunta e considerou que ela é uma plataforma importante de discussão das prioridades e principais metas do desenvolvimento de África. Anotou que a África está atualmente a enfrentar grandes desafios relacionados com eventos globais como a queda dos preços das matérias-primas, que podem afetar negativamente o forte crescimento registado por muitos países africanos. Realçou que a falta de diversificação económica e a grande dependência das exportações de matérias-primas expõe os países africanos a choques externos, e manifestou a necessidade de industrialização e de transformação de estruturas. Indicou ainda que a dimensão coletiva de ambas as agendas é responsável pelo desenvolvimento sustentável se todas as partes assumirem os seus compromissos. Tendo considerado os acontecimentos passados, afirmou que as prioridades do desenvolvimento de África não são apenas a nível global, mas têm dimensões regionais e nacionais.

20. Tendo em conta a recente adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda de Ação de Adis Abeba ao nível global, acrescentou que a Agenda 2063 e o seu Plano de Implementação Decenal vão mais longe aplicando as iniciativas específicas da região e as transfronteiriças. Sublinhou a importância de uma abordagem coerente de integração da Agenda 2063 e da Agenda 2030 nos Planos Nacionais de Desenvolvimento para garantir o sucesso da sua implementação em prol das populações africanas. Além disso, sublinhou a importância do compromisso e do diálogo para ultrapassar os desafios e lacunas na implementação das duas agendas. Realçou a experiência da Etiópia através do seu 2º Plano de Crescimento e Transformação (PCT) com vista a realizar as duas agendas. Nessa perspetiva, disse que a Etiópia tinha realizado muitos programas de redução da pobreza e de desenvolvimento sustentável no passado e tinha adotado recentemente um novo quadro, a Economia Verde Resiliente ao Clima (EVRC) no PTGII. Concluiu enfatizando que a implementação das duas agendas requer empenhamento político, uma forte base institucional e melhoria dos mecanismos de seguimento e implementação.

II. Eleição da Mesa e adoção da agenda e do programa de trabalho [ponto 2 da agenda]

21. Os seguintes países foram unanimemente eleitos pelos Comitês para constituírem a nova Mesa:

| | |
|---------------------|---|
| Presidente: | África Austral - África do Sul |
| 1º Vice-Presidente: | África Central - República Democrática do Congo |
| 2º Vice-Presidente: | África do Norte - Argélia |
| 3º Vice-Presidente: | África Ocidental - Côte d'Ivoire |
| Relator: | África Oriental – Uganda |

22. A Conferência Ministerial Conjunta adotou, sem emendas, a seguinte agenda com base na agenda provisória que tinha sido distribuída:

1. Ponto 1 da Agenda: Abertura da reunião.
2. Ponto 2 da Agenda: Eleição da Mesa e adoção da agenda e do programa de trabalho.
3. Alocução da Dra Ngozi Okonjo-Iwaela, Presidente do Conselho de Administração da Aliança GAVI.
4. Ponto 3 da Agenda: Diálogo político de alto nível entre os Ministros sobre o tema da 9ª Reunião Conjunta Anual: “Para uma abordagem coerente à

- implementação, monitorização e avaliação da Agenda 2063 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”.
5. Ponto 4 da Agenda: Debates de alto nível em mesa redonda.
 6. Mesa Redonda 1: Harmonização, sinergias e sensibilização: necessidade de uma abordagem coerente.
 7. Mesa Redonda 2: Integração do quadro de resultados, monitorização e avaliação.
 8. Mesa Redonda 3: Financiamento.
 9. Ponto 5 da Agenda: Análise do projeto de relatório e principais recomendações da reunião do Comité Conjunto de Peritos e análise e adoção dos projetos de resoluções.
 10. Ponto 6 da Agenda: Análise e adoção do projeto de declaração ministerial.
 11. Ponto 7 da Agenda: Diversos.
 12. Ponto 8 da Agenda: Encerramento da reunião.

Alocução da Dra Ngozi Okonjo-Iweala, Presidente do Conselho de Administração da Aliança GAVI

23. Na sua alocução, a Dra Ngozi Okonjo-Iweala, Presidente do Conselho de Administração da Aliança GAVI, informou aos Ministros que mais de 60% do investimento da Aliança GAVI é gasto em 40 países em África. Ela realçou o importante papel que as vacinas e a imunização podem desempenhar no desenvolvimento social e citou a alta taxa de retorno da imunização afirmando que é a forma mais eficiente de gastar os dólares destinados à saúde. Realçou o papel dos ministros das Finanças e da Saúde na promoção da imunização ao nível do país pedindo nomeadamente a afetação de mais recursos no orçamento destinados à imunização. Concluindo, ela felicitou os países que estavam a realizar a imunização e encorajou os outros a seguir a mesma via. Convidou o Diretor Geral da Aliança GAVI para fazer uma apresentação demonstrando a eficácia da vacinação e da imunização.

Apresentação do Dr Seth Berkley, Director Geral da Aliança GAVI sobre Imunização: o Caminho para a Saúde e o Desenvolvimento Económico

24. A apresentação do Dr Berkley realçou o importante papel que a vacinação e a imunização desempenham no aumento do PNB numa economia. A imunização concorre para a redução de doenças, a redução do fardo dos cuidados de saúde, a melhoria da aprendizagem e o aumento da produtividade. Realçou que o retorno é mais de 44 vezes o investimento por causa da imunização. Contudo, disse que as crianças continuavam a morrer por viverem em sítios recônditos, por falta de vontade política, monitorização inadequada e concorrência entre as prioridades de saúde, entre outras razões.

25. Informou aos Ministros que a intervenção da GAVI conseguiu reduzir o custo da atual aquisição de vacinas, de cerca de US\$950 para apenas US\$35, o que ainda é considerado

elevado. Ele indicou que a partilha de custos entre a GAVI e os Estados Membros ainda é dependente da riqueza do país. Alertou que o custo da inércia era elevado, com montantes significativos de financiamento necessários em casos de surtos de doenças. Concluiu a sua apresentação com um apelo à ação dos Ministros, recomendando que os países devem dar prioridade ao investimento na imunização; garantir uma rubrica destinada às vacinas nos orçamentos da saúde; focar na equidade investindo na saúde para imunizar completamente cada criança, agir agora para alcançar os ODS de 2030 e acompanhar a Agenda 2063; e ser defensores da imunização.

2ª Parte

Deliberações

III. Diálogo político de alto nível ministerial sobre o tema da 9ª Reunião Anual Conjunta: "Para uma abordagem integrada e coerente na implementação, monitorização e avaliação da Agenda 2063 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável" [ponto 3 da agenda].

A. Apresentação

26. A sessão do diálogo político de alto nível ministerial foi presidida pelo Sr Carlos Lopes, Secretário Executivo da ECA, e o painel constituído por 3 membros: S.Exa. Zaineb Shasuna-Ahmed, Ministro de Estado para o Orçamento e Planificação Nacional da Nigéria; Sr. Maged Abdelaziz, Sub-Secretário Geral e Conselheiro Especial para a África; e Dr Anthony Mothae Maruping, Comissário da UA para os Assuntos Económicos.

27. O Dr Lopes iniciou a sessão informando que o painel ía discutir o tema da conferência em 3 perspectivas, nomeadamente a perspectiva do país face à implementação de várias agendas, por S. Exa. Shasuna-Ahmed; perspetivas das NU sobre a forma como os objectivos de 2030 irão decorrer, pelo SSG Abdelaziz e perspectivas de África sobre a transposição da Agenda 2063 e a forma como a África está a considerar estas várias agendas e como é que o alinhamento pode ser feito entre elas, pelo Comissário Maruping.

28. Na sua intervenção, S.Exa a Ministra Ahmed partilhou a experiência nigeriana e apontou os elevados níveis de pobreza e desigualdade no país. Disse que a Agenda 2063 e os ODS devem contribuir para melhorar os meios de subsistência e diversificar a economia. Que a mobilização dos recursos internos é uma prioridade para a Nigéria e, como tal, procuram formalizar o setor informal numa tentativa de aumentar a base tributária. Informou aos participantes que o plano de desenvolvimento em que estão a trabalhar procura dar prioridade à perspetiva nacional e que estavam a fazer a transposição da Agenda 2063 e da Agenda 2030 para o seu plano nacional de desenvolvimento. A este respeito, estava a ser elaborado um quadro nacional de M&A que integre as duas agendas para preparar a apresentação de um relatório integrado. A concluir, pediu à UA e à ECA para apoiarem a

África na harmonização da selecção de prioridades, metas e indicadores e elaborar um quadro harmonizado de M&A visando uma abordagem coerente na implementação das duas agendas.

29. Por seu turno, S.E. Maged Abdelaziz, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Conselheiro Especial para a África, disse que a agenda de desenvolvimento pós-2015 devia ser considerada de forma global para incluir os ODS, a Agenda de Acção de Adis Abeba e o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas. Saudou os esforços de vários intervenientes para que a agenda pós-2015 seja um sucesso para África. Disse que para haver sinergia entre os ODS e a Agenda 2063 era necessário compreender a abordagem centrada nas populações que ambas defendem. Indicou que muitas das prioridades do continente estão incluídas nos ODS através da Posição Africana Comum (PAC) na agenda de desenvolvimento pós-2015, embora cada uma seja específica em termos de período de tempo e ambições. Informou a reunião que OSAA pode reduzir o défice de apresentação de relatórios entre as agendas global, continental e nacional. O Sr Abdelaziz anotou que a Agenda 2063 pode estimular a integração regional através da implementação dos seus programas prioritários e sublinhou o papel importante que o sistema das Nações Unidas pode desempenhar apoiando a África a implementar a Agenda 2063 através do Mecanismo de Coordenação Regional (MCR). Neste sentido, é necessário que as Nações Unidas disponibilizem recursos e que a Assembleia Geral emita uma resolução de apoio à Agenda 2063 como nova Agenda de Desenvolvimento para África.

30. Na sua intervenção, o Dr Anthony Mothae Maruping, Comissário para os Assuntos Económicos, incidiu na forma integrada como a África está a abordar a implementação da Agenda 2063 e da Agenda 2030. Realçou que os 17 objectivos da Agenda 2030 emanaram de África através da Posição Africana Comum sobre a Agenda de Desenvolvimento Pós-2015 (PAC). As duas agendas já estão em harmonia porque foram consultados os mesmos intervenientes na formulação do processo. Indicou que a Agenda 2063 é mais vasta que a Agenda 2030 uma vez que inclui aspectos políticos e culturais do desenvolvimento para além dos aspectos económicos, sociais e ambientais da Agenda 2030. Por conseguinte, ao implementar a Agenda 2063 a África estará a implementar os ODS. Informou aos delegados que muito já foi feito na área da integração das duas agendas numa única, nomeadamente a localização dos objectivos, metas e indicadores para identificar áreas de convergência e divergência. Uma equipa técnica composta pela CUA, ECA, BAD, NEPAD e FARC está a trabalhar num quadro de monitorização e avaliação que sirva às duas agendas. Será elaborado um único relatório para seguir os progressos registados na implementação da agenda integrada. Concluiu a sua intervenção sublinhando que a Agenda 2063 é muito ambiciosa mas é exequível desde que seja inclusiva no processo de formulação e identificados os meios de implementação.

Discussão

31. No debate que se seguiu, a reunião sublinhou a importância do reforço das capacidades nacionais em matéria de estatísticas para uma monitorização e avaliação sólidas de ambas as Agendas. Assim, a Conferência realçou a necessidade de uma parceria global para a recolha de dados de acordo com a comunicação do Secretário-Geral das NU intitulada “Caminho para a Dignidade”. Por conseguinte, a Conferência lançou um apelo à revolução dos dados em África e sublinhou a importância da tecnologia como meio de alcançar.

32. A Conferência sublinhou a importância da partilha de experiências como medida concreta para avançar o desenvolvimento e alcançar as duas Agendas. A Conferência tomou nota da experiência de países como a Etiópia e a Guiné-Bissau no processo de integração da Agenda 2063 nos seus Planos Nacionais de Desenvolvimento.

33. Com base nos resultados mitigados alcançados na implementação dos ODM, a reunião lembrou a necessidade de melhorar o acompanhamento dos progressos na implementação da Agenda 2063 e dos ODS e a troca de experiência entre os países. Neste sentido, os participantes solicitaram que a CUA, apoiada pela ECA e outros parceiros, trabalhem conjuntamente na elaboração de um conjunto de indicadores que possam acompanhar os progressos registados na implementação da Agenda 2063 e dos ODS e também permitir a classificação dos países como efeito pedagógico e para estimular a emulação.

34. Os participantes anotaram a diferença do contexto e das capacidades técnicas dos países para a integração das Agendas 2063 e 2030 e apontaram a necessidade de orientações claras da CUA e da ECA, combinadas com a partilha de informações dos países que já fizeram o exercício de transposição, sobre a forma de proceder concretamente para integrar as duas agendas nos seus planos e quadros nacionais. Em especial, puseram a tónica nos desafios que os países pós-conflito podem enfrentar nesse exercício. A este respeito, recomendaram que a CUA e a ECA estejam prontas para prestar assistência técnica e iniciativas de reforço de capacidades aos países a fim de facilitar o processo de integração das duas agendas ao nível nacional, particularmente nos países pós-conflito.

35. A Conferência anotou igualmente que a instabilidade e os conflitos são desafios importantes que a África tem de vencer para realizar a Agenda 2063 e a Agenda 2030.

36. A criação do emprego foi apontada como a grande prioridade da agenda de transformação de África e novas abordagens foram necessárias para abordar esse desafio. Assim, os participantes sublinharam que a transferência de tecnologias era essencial para o desenvolvimento de empresas inovadoras para a criação de empregos, especialmente em termos de desenvolvimento sustentável. A Conferência observou igualmente a necessidade de os países africanos passarem do simples crescimento económico para um crescimento económico diversificado através da industrialização. Nesta perspetiva, a Conferência indicou que o continente deve seguir uma via industrial resiliente ao carvão e, para isso, era

necessário formar competências e investir na investigação e no desenvolvimento para apoiar a industrialização com base nas matérias-primas, na adição de valor e na realização da Agenda 2063 e na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Além disso, foi sublinhada a necessidade da mudança das atividades económicas e do emprego do sector informal para o formal, alavancando as oportunidades existentes no sector informal.

37. Embora os peritos reconheçam os progressos registados no avanço da agenda de desenvolvimento do continente, anotaram a necessidade de reformas estruturais internas para otimizar os resultados do desenvolvimento à luz da queda dos preços das matérias-primas e do limitado espaço fiscal. O sector das matérias-primas foi igualmente identificado como sendo um sector importante para o financiamento de outras indústrias e para a criação de empregos.

B. Recomendações

38. À luz dos debates, a Conferência fez as seguintes recomendações:

- (a) É necessário uma abordagem coerente e unificada para a integração da Agenda 2063 e da Agenda 2030 nos Planos e Quadros Nacionais de Desenvolvimento;
- (b) Tendo em conta o abrandamento e a dependência de África das matérias-primas, a região deve diversificar os seus sectores económicos;
- (c) Como o sector do comércio intra-Africano é mais propício à industrialização, a África necessita de produzir mais bens e serviços de consumo para os mercados nacionais e regionais para reduzir a dependência das importações;
- (d) Há uma necessidade urgente de passar das atividades económicas e do emprego do sector informal para o formal alavancando as oportunidades existentes no sector informal através de políticas adequadas, reformas estruturais e desenvolvimento de competências;
- (e) A Comissão da União Africana, com o apoio da ECA e outros parceiros, deve racionalizar o processo de apresentação de relatórios a fim de garantir coerência, acompanhamento, monitorização e avaliação;
- (f) O SGNU deve dar prioridade ao estabelecimento de uma Parceria Global para a recolha de Dados;

- (g) A UA, com o apoio das NU e outros parceiros deve prestar assistência técnica e financeira aos países em conflito e na situação de pós-conflito para implementar a Agenda 2063 e os ODS;
- (h) A Assembleia Geral da ONU deve aprovar uma resolução e afetar recursos financeiros ao RCM para apoiar a Agenda 2063 como a nova Agenda para o Desenvolvimento de África.

IV. Debate na Mesa Redonda de alto nível

Mesa Redonda 1: Harmonização, sinergias e sensibilização: necessidade de uma abordagem de desenvolvimento coerente [ponto 4 da agenda]

Apresentação

39. Presidida por S.Exa. Dra Dlamini Nkosazana Zuma, Presidente da Comissão da União Africana, o painel desta mesa redonda era composto por: Frannie Lautier, Vice-Presidente eleito do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD); Sr. Mukhisa Kituyi, Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) e S.Exa. o Sr. Abdou Kolley, Ministro das Finanças e dos Assuntos Económicos da Gâmbia.

40. Ao iniciar a Mesa Redonda, a Presidente da Comissão da União Africana sublinhou a necessidade de sinergias e harmonização entre o quadro de desenvolvimento continental a longo prazo, a Agenda 2063 e o quadro global, e a Agenda 2030 para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Recomendou a colaboração transversal entre os decisores políticos do governo e o sector privado, a sociedade civil e outros intervenientes relevantes. Além disso, ela apontou a necessidade de comunicar as duas agendas aos cidadãos a fim de aproveitar a apropriação nacional, essencial para a sua efetiva implementação.

41. Na sua apresentação, o Sr Kituyi afirmou que há um consenso geral entre os intervenientes sobre a necessidade de promover a harmonização e as sinergias entre a Agenda 2063 e a Agenda 2030 a fim de que o continente possa alcançar os resultados previstos. Sublinhou a importância da solidariedade internacional no quadro da diminuição da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento e notou a importância das Parcerias Público-Privadas para financiar as necessidades de infra-estruturas em África. Sublinhou a importância da Mobilização de Recursos Internos nesse contexto e apelou à otimização desses recursos para a transformação social e económica do continente no quadro global das duas agendas. Finalmente, sublinhou a importância do estabelecimento de sinergias entre as duas Agendas e anotou a necessidade de transposição dos seus indicadores para os Planos Nacionais de Desenvolvimento.

42. A monitorização e a avaliação da implementação dessas agendas têm dois objetivos importantes, nomeadamente a responsabilização e a aprendizagem. A Conferência dos Ministros das Finanças e Planificação Económica é considerada uma plataforma importante de partilha das melhores práticas e de aprendizagem mútua relativamente à implementação destas agendas de desenvolvimento. Foi sublinhado ainda que algumas das iniciativas atualmente a ser implementadas por algumas das principais instituições pan-africanas estão igualmente incluídas na Agenda 2063. Por exemplo, 4 das cinco áreas prioritárias do BAD, nomeadamente, Alimentar África, Eletrificar África, Integrar África e Industrializar África já estão integradas na Agenda 2063 de África, que é considerada mais avançada quando se trata da implementação da Agenda 2063 no continente. O continente deve tirar proveito dos programas em curso, dos projetos prioritários e do grupo de iniciativas aceleradas da União Africana como a Estratégia para as Matérias-Primas Africanas, as instituições financeiras continentais e a Rede Eletrónica Pan-Africana que deverão ser utilizadas como instrumento para acelerar a implementação.

43. Todos os membros do painel sublinharam a necessidade de os Estados Membros darem atenção à implementação e à comunicação efetivas a todos os níveis, nacional, regional e continental. Dar prioridade à implementação da Agenda 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável deve ser crucial para todos os decisores governamentais. As instituições Pan-Africanas como a ECA, a CUA e o BAD devem, em estreita colaboração com outros intervenientes, incluir universidades para prestarem o apoio necessário aos Estados Membros na formulação de estratégias sólidas destinadas a promover a implementação efetiva das duas agendas.

44. Todos os membros do painel consideraram o facto de os países africanos terem uma clara ideia das suas prioridades no que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, como sugerido pela Posição Africana Comum sobre o Pós 2015. A implementação das duas agendas paralelamente pode ser uma tarefa enorme e muito complexa, daí que a elaboração de um quadro coerente que integre as duas Agendas seja crucial. Não há dúvida que a implementação destas agendas de desenvolvimento está a enfrentar alguns desafios, nomeadamente a queda a pique dos preços das matérias-primas, especialmente as energéticas (petróleo) e os metais, com implicações negativas no Produto Interno Bruto (PIB) e na balança fiscal dos países exportadores de matérias-primas. Além disso, a diminuição substancial da Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) está igualmente a ter um impacto negativo nos fluxos para muitos países em desenvolvimento, incluindo os africanos. A atual queda dos fluxos da AOD para África foi provocada pelos fluxos maciços de migrantes nos países desenvolvidos, especialmente a Europa, uma vez que muitos parceiros deixaram de conceder apoio através da AOD para ajudar a situação descontrolada de migrantes na Europa.

45. Apesar de ter havido algumas divergências, os membros do painel anotaram que tanto a Agenda 2063 como a Agenda 2030 não são diferentes – ambas visam alcançar objetivos semelhantes. A Agenda 2063, que é o quadro continental de desenvolvimento de

África foi elaborada antes dos Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável (agenda 2030). Tendo em conta que a África faz parte da comunidade global, é necessário harmonizar as duas agendas, em conformidade com as nossas estratégias e planos nacionais de desenvolvimento para que haja uma efetiva implementação. Isto, sem dúvida, irá desempenhar um papel importante na redução do custo da implementação, avaliação e apresentação de relatórios sobre as realizações destas agendas de desenvolvimento aos níveis nacional e internacional. Em seguida, foram apresentados dois grandes desafios. O primeiro é a diferença no calendário estabelecido a nível continental (agenda 2030) e nacional (agenda 2063). É necessário pensar como é que um plano continental de 10 anos pode caber num plano nacional de 4 ou 5 anos. Um segundo desafio importante são os recursos financeiros necessários. Para além da Assistência Oficial ao Desenvolvimento, a mobilização de recursos internos é crucial para os Estados Membros implementarem efetivamente estas agendas.

C. Debates

46. No debate que se seguiu, foi anotado que o ritmo de integração em África é relativamente lento e que é necessário aumentar a dinâmica para alcançar as metas estabelecidas no Tratado de Abuja. Os participantes pensam que são necessárias instituições continentais fortes para que a África possa implementar a sua agenda de desenvolvimento.

47. Uma avaliação das anteriores agendas de desenvolvimento em termos de implementação e ensinamentos retirados pode ser importante para o sucesso da implementação das duas agendas. Os ministros anotaram a necessidade de implementar as Agendas dentro dos contextos nacionais, e que os países necessitam de adotar instrumentos e mecanismos específicos para integrar com sucesso os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e a Agenda 2063 nos seus planos nacionais de desenvolvimento. Foi recomendada a formulação de um roteiro para facilitar a integração das duas agendas nos contextos nacionais.

48. Relativamente ao financiamento da Agenda 2063, foi anotado que a dependência do financiamento dos parceiros representa um grande entrave na implementação dos planos de desenvolvimento de África, como demonstram as experiências do passado. Embora muitas iniciativas e soluções tenham sido propostas, a falta de implementação representa um grande desafio. Por conseguinte, é necessário que os países mobilizem o financiamento necessário a nível interno.

D. Recomendações

49. À luz do debate, a Conferência de Ministros fez as seguintes recomendações:

- (a) Os Estados Membros devem iniciar a operacionalização das 3 instituições financeiras pan-africanas, nomeadamente o Banco Central Africano, o Fundo Monetário Africano e o Banco Africano de Investimento, assinando e ratificando os respetivos estatutos de criação;
- (b) Os Estados Membros africanos devem apropriar-se das suas agendas continentais de desenvolvimento através de, entre outras estratégias, implementar mecanismos alternativos e inovadores de financiamento, incluindo a mobilização interna de recursos;
- (c) A Comissão da União Africana e a ECA devem ser solicitadas a assistir os Estados Membros na elaboração de um roteiro para a implementação da Agenda 2063 e da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável, ao nível nacional, e criar um quadro comum harmonizado e geral de monitorização e avaliação para as duas agendas.

V. Mesa Redonda 2: Integração do quadro de resultados, monitorização e avaliação [ponto 4 da agenda]

A. Apresentação

50. Os membros do painel que participaram na sessão incluíam o Sr. Bahari Lukwebo, Ministro da Planificação da República Democrática do Congo; a Sra. Edith Clemence Yaka, Ministra Delegada responsável pelo Orçamento no Burkina Faso; o Sr. Gyan Chandra Acharya, Sub-Secretário-Geral das Nações Unidas e Alto Representante para os Países Menos Desenvolvidos, Países Encravados em Desenvolvimento e Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento; e o Professor Emmanuel Nnadozie, Secretário Executivo da Fundação Africana de Reforço de Capacidades. A sessão foi moderada pelo Sr. Calle Schlettwein, Ministro das Finanças da Namíbia. Cada membro do painel fez uma breve apresentação e, em seguida, houve um debate geral.

51. Ao partilhar a experiência do seu país, o Sr. Lukwebo explicou que a República Democrática do Congo integrou os ODS no seu plano nacional. Reconhecendo a convergência entre a Agenda 2063 e a Agenda 2030, anotou que o quadro de monitorização e avaliação dos planos nacionais devia ser concebido tal como definido nas duas agendas.

52. A Sra Yaka recordou que o Burkina Faso está a definir o plano nacional de desenvolvimento que é conhecido como programa nacional de desenvolvimento social e económico. Ela informou os Ministros que isto estava a ser feito através de um mecanismo nacional institucional formado por um comité de orientação estratégica, um comité técnico e um comité de redação e anunciou que uma mesa redonda seria organizada no primeiro semestre do ano para reunir os parceiros técnicos e financeiros a fim de integrarem os

compromissos regionais e internacionais, incluindo a Agenda 2063 e a Agenda 2030, nos planos nacionais.

53. Na sua apresentação, o Sr. Acharya reiterou a grande convergência e as sinergias entre a Agenda 2063 e a Agenda 2030 que exigiam um quadro comum e integrado para resultados, monitorização e avaliação. Sublinhou que o quadro integrado vai facilitar a consecução de resultados e manter a dinâmica para um impacto maior. Para isso, recomendou a utilização de tecnologias inovadoras para facilitar a produção e a utilização de novas perspetivas analíticas que emanam de dados desagregados. Anotou que o significado de uma abordagem integrada tornou-se importante, especialmente no contexto dos países menos desenvolvidos, países encravados em desenvolvimento e pequenos estados insulares em desenvolvimento com limitadas capacidades nacionais existentes.

54. Na sua intervenção, o Professor Nnadozie anotou que a integração é possível desde que numa análise aprofundada os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estejam integrados na Agenda 2063 e, portanto, esta pode servir de barco para distribuir os ODS. Indicou que os ODS tratam de questões económicas, sociais e de sustentabilidade, enquanto a Agenda 2063 trata das mesmas questões para além das questões políticas e culturais e outras questões específicas do continente como a integração regional. Ficou satisfeito por constatar que sob a liderança da União Africana, a África já tinha adotado uma abordagem de integração credível para o quadro de resultados que conduz à transposição das agendas harmonizadas aos níveis regional e nacional, ao estabelecimento de um quadro de monitorização e de avaliação adequado às duas agendas, compilação e emissão de um único relatório periódico de desempenho e, finalmente, o estabelecimento de um canal de responsabilização. Ele apontou os 12 projetos prioritários contidos na Agenda 2063 que já estão a ser implementados como sinal de que a África já está a registar progressos. Reconheceu ainda o papel importante a ser desempenhado pelos dados e estatísticas durante a implementação, pedindo assim o apoio para os profissionais de estatísticas no continente.

55. Reconhecendo o papel que a UA já está a desempenhar, o Sr. Nnadozie apontou o financiamento, a capacidade e a coordenação como requisitos chave que a África deve ter em conta. Concluiu prometendo o apoio constante da FARC aos Estados Membros para ultrapassar os desafios financeiros e de capacidades.

B. Debates

56. No debate que se seguiu, os Ministros reconheceram a necessidade de harmonizar a Agenda 2063 e a Agenda 2030 e garantir a sua efetiva implementação integrando-as nos quadros nacionais. A harmonização das agendas evita colocar um fardo excessivo nos recursos humanos e financeiros dos Estados Membros. Ao mesmo tempo, deve-se ter em conta as especificidades do continente e as diferenças de contexto, recursos naturais e prioridades de desenvolvimento de cada país individual. Os Estados Membros também

solicitaram apoio técnico da União Africana e da ECA para reforçar a sua inadequada capacidade de implementação.

57. Os Ministros sublinharam a necessidade de harmonizar a terminologia das duas agendas e alinhar os seus objetivos, áreas prioritárias, metas e indicadores ao nível regional. Sublinharam a importância de mecanismos claros de monitorização, avaliação e apresentação de relatórios, que associarão as duas agendas e as prioridades nacionais, de acordo com o enunciado nos quadros e visões a médio e longo prazo. Neste contexto, indicaram que o atual exercício de mapeamento realizado entre a Agenda 2063 e a Agenda 2030 devia ser alargado para alinhar o quadro harmonizado com as prioridades nacionais de desenvolvimento. Foi reconhecida a importância de um mecanismo claro de apresentação de relatórios para os países avaliarem os progressos, partilhar experiências e ensinamentos e melhorar a implementação. Reconheceram que a sólida coordenação entre os vários sectores nacionais é essencial para garantir que a implementação, monitorização e avaliação das duas agendas sejam efetuadas de forma integrada.

58. Reconhecendo o trabalho já realizado sobre o quadro de resultados, foi acordado que se devia proceder à monitorização gradual para garantir que os índices e indicadores desenvolvidos captem o processo no seio dos Estados Membros.

59. Neste sentido, foi decidido que é necessário um quadro comum que permita a recolha de dados padronizados. É necessária a harmonização, incluindo a prévia harmonização dos indicadores porque vai fornecer os metadados necessários para a medição dos progressos. Isso requer a definição de uma pirâmide sistemática e a hierarquia de indicadores.

60. A necessidade do reforço de competências e de capacidades foi considerada pertinente para garantir a correta monitorização, avaliação e apresentação de relatórios, pois isso é importante para alcançar as agendas de desenvolvimento. São necessários indivíduos altamente formados, nomeadamente estatísticos para garantir que cada sector é tido em conta assegurando a sinergia necessária.

61. Os Estados Membros igualmente identificaram o financiamento como sendo fundamental para o sucesso da implementação das Agendas, especialmente em termos de monitorização, avaliação e apresentação de relatórios.

C. Recomendações

62. À luz do debate, a Conferência Ministerial fez as seguintes recomendações:

- (a) Os países devem tomar medidas para integrar o quadro harmonizado nos seus próprios sistemas de planificação do desenvolvimento e adaptá-lo aos contextos específicos dos seus países;

- (b) A Comissão da União Africana, apoiada pela ECA, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Agência NEPAD, a Fundação Africana para o Reforço de Capacidades, as Comunidades Económicas Regionais e outros parceiros, devem harmonizar a terminologia relativa às áreas prioritárias, objetivos, indicadores e metas através do exercício de mapeamento;
- (c) Ao nível continental, a Comissão da União Africana, apoiada pela ECA, o Banco Africano de Desenvolvimento, a Agência NEPAD, as CERs e os estatísticos africanos, devem criar um quadro harmonizado de monitorização, avaliação e apresentação de relatórios para as agendas, enquanto a nível nacional os países devem coordenar o seu processo de relatórios integrados;
- (d) A Comissão da União Africana, com o apoio da ECA, do Banco Africano de Desenvolvimento e da Agência NEPAD, devem continuar a assistir os Estados Membros e as CERs para:
 - (i) Integrar a Agenda 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos planos nacionais de desenvolvimento e nos planos estratégicos das CERs;
 - (ii) Adotar uma abordagem integrada e coerente para a implementação, monitorização e avaliação da Agenda 2063 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
 - (iii) Completar a conceção de um quadro de monitorização e avaliação que tenha em conta a Agenda 2063 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- (e) Devem ser intensificadas medidas para reduzir os fluxos financeiros ilícitos, nomeadamente o investimento num sistema de inteligência financeira em África; aumentar o compromisso político para combater o problema dos fluxos ilícitos de capitais; aprofundar o envolvimento com os países que recebem esses fundos para atacar as práticas nocivas levadas a cabo pelas multinacionais implementando as recomendações estipuladas no relatório do Painel de Alto Nível sobre Fluxos Financeiros Ilícitos de África;
- (f) As capacidades das instituições nacionais envolvidas na cobrança de receitas, nomeadamente as alfândegas e as autoridades tributárias devem ser reforçadas a fim de melhorarem a mobilização de recursos internos;
- (g) Devem ser envidados esforços para racionalizar as despesas nacionais e as poupanças resultantes devem ser encaminhadas para a construção e

manutenção de infra-estruturas de boa qualidade, necessárias para aumentar a capacidade produtiva do continente;

- (h) A capacidade dos sistemas nacionais de estatísticas deve ser reforçada para apoiar a efetiva implementação, monitorização e avaliação das duas agendas.

VI. Mesa Redonda 3: Financiamento [ponto 4 da agenda]

A. Apresentação

63. A Sessão foi presidida por S.E. a Sra. Malado Kaba, Ministra da Economia e Finanças da Guiné e os membros do painel da sessão incluíram: S.E. a Sra Mona Quartey, Vice-Ministra das Finanças e Planificação Económica do Gana; S.Exa. Fred Omach, Ministro de Estado para as Finanças, Planeamento e Desenvolvimento Económico do Uganda; e S.Exa. Dr Erastus Mwencha, Vice-Presidente da Comissão da União Africana.

64. Ao iniciar a sua alocução S.Exa a Sra Quartey deu uma ideia geral do quadro estratégico nacional denominado “Gana Melhor” que visa a prosperidade partilhada através da qual os esforços do Governo estão centrados em quatro questões chave de grande importância. Ela sublinhou que o Gana também concebeu uma abordagem estratégica ao desenvolvimento a longo prazo, tendo elaborado um Plano Nacional de Desenvolvimento para 40 anos (2018-2057) no qual a Agenda 2063 está totalmente refletida. Em seguida, apresentou as várias abordagens que o Gana assumiu para financiar o seu Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). Anotou que embora a Assistência Oficial ao Desenvolvimento do Gana tenha diminuído depois de ter alcançado o estatuto de rendimento médio, o impulso na confiança do investidor que recebeu por causa da junção do programa alargado de crédito do FMI permitiu a utilização de fontes alternativas de financiamento. Contudo, o compromisso do Gana com o FMI teve sucesso porque apresentou à organização um plano bem desenvolvido com base na sua realidade com o qual podia negociar termos e condições apropriadas. Disse também que o sucesso do Gana na emissão de Euro-obrigações se ficou a dever ao facto de ter um plano de comunicação bem formulado, e atualmente estava a “fazer corredores” nos EU e na Europa com o objetivo de apresentar os progressos e a estabilidade macroeconómica do Gana. S.Exa. a Sra Quartey também apontou os esforços internos desenvolvidos pelo Gana na mobilização de fundos, nomeadamente a emissão de obrigações da diáspora e as obrigações da assembleia municipal e distrital para mercados específicos; abordagem a empresas de ações e a criação de um fundo soberano e de fundos de investimento em infra-estruturas com a utilização das receitas do petróleo. Anotou ainda que o Gana, recentemente, descobriu que os fundos de pensão e as companhias de seguros representam uma grande reserva de potencial financiamento. Por outro lado, sublinhou a importância de racionalizar as despesas informando que o Gana tinha reduzido a sua massa salarial do sector público, de 70% das receitas do governo para apenas 35%. Atribuiu esta redução à implementação dos Sistemas Integrados de Gestão da Informação Financeira (SIGIF).

65. S.Exa Fred Omach expressou o seu apoio à Agenda 2063 como visão de África e informou os delegados que, em 2010, o Uganda criou a Visão 2040 que deverá ser implementada através de 6 Planos Nacionais de Desenvolvimento de cinco anos, estando o segundo a ser implementado. Anotou que a Visão 2040 tinha identificado e estava a analisar 9 estrangulamentos que estavam a travar o crescimento estratégico e o desenvolvimento socioeconómico do Gana. Discutiu as abordagens não convencionais de financiamento e as implementações que os Africanos devem considerar. Referiu que, embora o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) tenha a notação AAA, os Bancos Centrais Africanos mantêm as suas reservas, que se elevam a mais de \$600 mil milhões, nos Bancos Europeus e Americanos; pediu uma declaração semelhante à Declaração de Maputo sobre a Agricultura, solicitando aos bancos que guardem as suas reservas no BAD. Referiu-se igualmente à importância das Obrigações da Diáspora, através das quais o Uganda levanta mais de \$ mil milhões. Pediu aos países africanos para fazerem uma abordagem coletiva à manutenção da paz porque os efeitos negativos das guerras e dos conflitos internos, muitas vezes, alastram-se pelos países vizinhos, particularmente no sector vital do turismo. Constatando a necessidade urgente de adição de valor e a industrialização em África, lançou um apelo aos Africanos no sentido de terem como fasquia a potência de 100.000 megawatts de energia hidroelétrica e não apenas fixar os 40.000 megawatts da Barragem de Inga. Solicitou igualmente aos países africanos que reavaliem a sua abordagem ao empréstimo, indicando que a maior parte dos países têm uma taxa de absorção de menos de 50% do montante que pedem emprestado.

66. S.Exa. o Dr Erastus Mwencha reiterou o compromisso de África de implementar a Agenda 2063 como uma estratégia de transformação económica e crescimento inclusivo. Em seguida, disse que isto concorre para industrializar e mudar a estrutura das economias africanas. Notou que para alcançar o seu objetivo, a África precisa de uma taxa de investimento de mais de 20%, um número que muitos países, atualmente, não consegue atingir. Contudo, ele anotou que a África tem meios para isso mas precisa seguir uma via de desenvolvimento diferente que dê prioridade à mobilização de recursos. Apontou os bem conhecidos esforços internacionais, nomeadamente o Consenso de Monterrey e o Acordo de Ação de Adis Abeba (AAAA), mas indicou que foi feito um trabalho para implementar as recomendações das reuniões de Abuja sobre o Financiamento. Realçou a iniciativa de utilizar os recursos domésticos para financiar 75% do 1º Plano de Implementação Decenal da Agenda 2063 (PPID) e 25% dos esforços africanos de manutenção da paz. Informou igualmente aos participantes que antes da 27ª Cimeira da UA, será organizado um Retiro sobre o Financiamento para permitir aos Ministros das Finanças e Chefes de Estado e de Governo analisarem a questão do financiamento. Sublinhou a necessidade de dar prioridade ao fluxo de financiamento, especialmente o destinado à indústria.

B. Debates

67. No debate que se seguiu, os participantes realçaram a necessidade de uma mudança de mentalidades para um compromisso de implementar e fazer os necessários investimentos em instituições africanas como o Banco Africano de Desenvolvimento.

68. Os fluxos financeiros privados, como as remessas, foram igualmente discutidos relativamente à sua crescente contribuição para a situação das finanças para o desenvolvimento de África.

69. O financiamento transversal para os programas de desenvolvimento, apoiado pela União Africana e as Comunidades Económicas Regionais, também foi debatido no quadro de dados de alta qualidade, especialmente sobre o potencial fiscal dos países e mercados de consumo e produção.

70. Foi dito que as reformas e as intervenções de inclusão financeira, especialmente as que visam pequenos agricultores e alavancam sistemas de cadeia de valor, impulsionarão a mobilização de recursos internos e o reforço de instituições e programas conjuntos, particularmente entre os Bancos Centrais, as Autoridades Fiscais e os Institutos Nacionais de Estatísticas.

71. A partilha de riscos e as medidas de mitigação foram igualmente discutidas nomeadamente aliviar os balanços nacionais de riscos relacionados com a dívida. Além disso, os participantes sublinharam a necessidade de educar os cidadãos e envolvê-los em medidas tais como o “orçamento do cidadão” para que compreendam o que é que o governo está a fazer.

C. Recomendações

72. Após o debate, a Conferência Ministerial fez as seguintes recomendações:

- (a) Os Estados Membros devem incidir a sua atenção na desigualdade e na exclusão como fontes de pobreza no contexto das políticas de desenvolvimento social;
- (b) Os Estados Membros devem reforçar a produtividade e as capacidades dos pobres através de adequadas medidas de proteção social, inclusão financeira e provisão de trabalhos dignos;
- (c) Os Estados Membros devem promover o papel do ensino técnico e profissional nas áreas prioritárias do programa prioritário quinquenal a fim de aproveitar o dividendo demográfico e garantir o alinhamento das competências com as necessidades das economias;

- (d) Apesar dos desafios relacionados com a disponibilidade de dados, os Estados Membros devem envidar esforços para integrar o sector informal no Plano Nacional de Desenvolvimento;
- (e) As Comunidades Económicas Regionais e a Comissão da União Africana devem acordar sobre um roteiro para a integração do programa prioritário quinquenal na planificação nacional e regional até 2017, em conformidade com o plano de implementação decenal da Agenda 2063 e da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável;
- (f) Os Estados Membros devem desenvolver e implementar políticas de emprego nacionais abrangentes apoiadas por efetivos sistemas de informação do mercado de trabalho, instituições do mercado laboral inclusivas e forte vontade política com financiamento adequado.

VII. Análise do relatório do Comité de Peritos e Adoção dos Projetos de Resolução
[ponto 5 da agenda]

73. Os Ministros analisaram e adotaram o Relatório da Reunião do Comité de Peritos e uma resolução conjunta da UA e da ECA, seis resoluções da ECA e dez resoluções da UA anexas ao Relatório. O Relatório da Reunião do Comité de Peritos e as Resoluções figuram em anexo a este relatório.

VIII. Análise e Adoção do Projeto de Declaração Ministerial e Projetos de Resolução [Ponto 6 da agenda]

A. Apresentação

74. No ponto da agenda, os participantes analisaram um projeto de versão da declaração ministerial da reunião, fizeram comentários e observações gerais sobre vários parágrafos do projeto de declaração e propuseram pequenas emendas.

75. Após essas observações, o projeto de declaração ministerial foi unanimemente adotado com as emendas. A Declaração Ministerial figura como Anexo 1 ao presente relatório.

IX. Diversos [Ponto 7 da Agenda]

76. Neste ponto da Agenda, nenhuma questão foi levantada.

X. Encerramento da reunião [Ponto 8 da Agenda]

77. Ao encerrar a reunião, a Dra Nkosazana Dlamini Zuma sublinhou a importância da Conferência Ministerial Conjunta como uma plataforma de diálogo político para a partilha de

conhecimentos e experiências visando a formulação de soluções ótimas para a realização da transformação económica e social de África durante a próxima década e depois, no quadro geral da Agenda 2063 e da Agenda 2030. A este respeito, ela indicou que a reunião foi importante para a identificação de opções políticas visando a abordagem integrada para a implementação das duas Agendas. Ela pôs a tónica em questões que são de grande importância para a realização das duas agendas, nomeadamente: (i) transposição da Agenda 2063 e do seu 1º Plano Decenal de Implementação aos níveis nacional e regional; (ii) alinhamento da Agenda 2063 e dos ODS com um único processo de monitorização, avaliação e apresentação de relatórios; (iii) capacitação das mulheres e dos jovens; (iv) mudança de mentalidades; (v) desenvolvimento de estatísticas; (vi) comunicação; e (vii) solidariedade africana e pan-africanismo. Concluiu agradecendo os Peritos e os Ministros pela sua ativa participação na Conferência, e a ECA pela organização bem-sucedida da reunião.

78. Por seu turno, o Dr Carlos Lopes, Sub-Secretário-Geral das NU e Secretário Executivo da ECA indicou a importância de uma abordagem coerente para a implementação bem-sucedida da Agenda 2063 e da Agenda 2030. Sublinhou que a reunião constituiu uma oportunidade única para identificar as ações que servirão de catalisador para a transformação de África. Concluindo, agradeceu a todos os participantes pelas suas contribuições ativas e profícuas aos debates.

2016

Report of the 9th joint annual meetings
of the au stc on finance, monetary
affairs, economic planning and
integration and the united nations
economic commission for Africa
(UNECA) conference of African
ministers of finance, planning and
economic development Addis Ababa,
Ethiopia, 31 march to 5 April 2016

African Union

Executive Council Twenty-Ninth Ordinary Session 10 – 15 July 2016 Kigali, Rwanda

<http://archives.au.int/handle/123456789/4955>

Downloaded from African Union Common Repository